

**OPY HEALTHCARE GESTÃO DE  
ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A.**

Demonstrações Financeiras Individuais e  
Consolidadas referentes ao exercício findo  
em 31 de dezembro

---

**2025**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>1</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>3</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>4</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto</b>	<b>7</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>8</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Conselheiros, Acionistas, Diretores e Administradores da  
OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.  
São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2026

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Danilo Namura Lombardoso  
Contador  
CRC nº 1 SP 278829/O-3

OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
<b>CIRCULANTE</b>						<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.042	18.126	205.518	44.965	Fornecedores	12	419	332	25.594	30.267
Aplicações financeiras	5	-	-	-	3.510	Fornecedores - Confirming	12	-	-	29.337	24.038
Contas a receber	6	-	-	53.227	73.235	Empréstimos e financiamentos	13	-	-	8.760	8.042
Ativo financeiro	8	-	-	159.173	129.513	Debêntures	14	-	-	62.763	68.429
Impostos a recuperar	7	3.974	4.069	25.536	24.262	Dividendos a pagar	19	50.387	38.243	50.387	38.243
Partes Relacionadas	28	553	951	-	-	Partes relacionadas	28	14.310	16.000	-	-
Dividendos a receber	10	42.541	60.903	-	-	Obrigações trabalhistas		5.112	3.976	11.943	10.605
Adiantamento a fornecedores	9	81	81	6.498	1.556	Impostos e contribuições a recolher	15	399	557	12.539	9.687
		<u>52.191</u>	<u>84.130</u>	<u>449.952</u>	<u>277.041</u>	Imposto de renda e contribuição social a recolher	15	-	-	5.033	2.281
						Outros passivos	18	274	220	330	483
								<u>70.901</u>	<u>59.328</u>	<u>206.686</u>	<u>192.075</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Impostos a recuperar	7	666	5.012	80.546	91.660	Empréstimos e financiamentos.	13	-	-	40.232	46.584
Aplicações financeiras	5	-	-	-	200	Debêntures	14	-	-	543.038	412.215
Ativo financeiro.	8	-	-	669.452	637.991	Partes relacionadas	28	118.395	184.000	-	-
Adiantamento a fornecedores	9	96	96	2.875	576	Impostos e contribuições a recolher	15	-	-	246	534
		<u>762</u>	<u>5.108</u>	<u>752.873</u>	<u>730.427</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	225.367	223.636
Investimentos	10	517.456	495.642	-	-	Impostos diferidos	16	-	-	31.653	41.900
Direito de uso		-	-	2.451	-	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	17	-	-	390	360
Imobilizado		936	824	3.083	3.360	Outros passivos	18	838	457	838	457
Intangível	11	557	862	221.859	249.714			<u>119.233</u>	<u>184.457</u>	<u>841.764</u>	<u>725.686</u>
						<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
						Capital social	19	227.974	227.974	227.974	227.974
						Reserva de Capital		2.135	2.135	2.135	2.135
						Reserva legal		42.794	40.237	42.794	40.237
						Reserva de lucros		<u>108.865</u>	<u>72.435</u>	<u>108.865</u>	<u>72.435</u>
								<u>381.768</u>	<u>342.781</u>	<u>381.768</u>	<u>342.781</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>571.902</u>	<u>586.566</u>	<u>1.430.218</u>	<u>1.260.542</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>571.902</u>	<u>586.566</u>	<u>1.430.218</u>	<u>1.260.542</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	11.712	11.225	478.357	414.274
Custo de serviço prestado	21	(3.695)	(2.246)	(209.744)	(156.795)
LUCRO BRUTO		8.017	8.979	268.613	257.479
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	21	(21.001)	(35.209)	(92.661)	(102.912)
Resultado de equivalência patrimonial	10	99.803	218.644	-	-
Outras despesas operacionais	22	(9.617)	(9.598)	(8.952)	90.027
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		77.202	182.816	167.000	244.594
Receita financeira	23	2.145	4.255	31.492	29.519
Despesa financeira	23	(31.487)	(29.319)	(102.518)	(61.979)
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	23	(29.342)	(25.064)	(71.026)	(32.460)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		47.860	157.752	95.974	212.134
Corrente	24	-	-	(34.651)	(29.479)
Diferido	24	3.271	3.271	(10.192)	(21.632)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		51.131	161.023	51.131	161.023
RESULTADO BÁSICO POR AÇÃO	25	0,10	0,32		
RESULTADO DILUÍDO POR AÇÃO	25	0,10	0,27		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	51.131	161.023	51.131	161.023
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>51.131</u>	<u>161.023</u>	<u>51.131</u>	<u>161.023</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OPY HEALTHCARE GESTAO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social			Debêntures Conv. Ações	Reserva Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Resultado Acumulado	Total
		Subscrito	A integralizar	Integralizado						Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		200.001	(12.530)	187.471	257.973	-	32.186	116.399	-	594.029
Debêntures Conversíveis em Ações	19	257.973	-	257.973	(257.973)	-	-	-	-	-
Integralização de Capital	19	-	8.228	8.228	-	-	-	-	-	8.228
Integralização de Opções de Ações	19	-	4.302	4.302	-	2.135	-	-	-	6.437
Redução de Capital	19	(230.000)	-	(230.000)	-	-	-	-	-	(230.000)
Distribuição de dividendos intermediários	19	-	-	-	-	-	-	(116.399)	-	(116.399)
Distribuição de dividendos intercalares	19	-	-	-	-	-	-	(42.294)	-	(42.294)
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	-	-	161.023	-	161.023
Constituição de reserva legal	19	-	-	-	-	-	8.051	(8.051)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19	-	-	-	-	-	-	(38.243)	-	(38.243)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		<u>227.974</u>	<u>-</u>	<u>227.974</u>	<u>-</u>	<u>2.135</u>	<u>40.237</u>	<u>72.435</u>	<u>-</u>	<u>342.781</u>
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	-	-	-	51.131	51.131
Constituição de reserva legal	19	-	-	-	-	-	2.557	-	(2.557)	-
Constituição de retenção de lucros	19	-	-	-	-	-	-	36.430	(36.430)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19	-	-	-	-	-	-	-	(12.144)	(12.144)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		<u>227.974</u>	<u>-</u>	<u>227.974</u>	<u>-</u>	<u>2.135</u>	<u>42.794</u>	<u>108.865</u>	<u>-</u>	<u>381.768</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OPY HEALTHCARE GESTAO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		47.860	157.752	95.974	212.134
Depreciação e amortização	21 e 22	9.944	9.840	26.037	25.212
Bônus de adimplência e descontos	13	-	-	-	(2.103)
Apropriação custo de captação de financiamentos e debentures		-	-	-	824
Atualização monetária do ativo financeiro de concessão	8	-	-	(154.508)	(138.922)
Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS e atualização monetária	7	-	-	(16.010)	(78.475)
Atualização monetária debentures	14	-	-	-	3.341
Equivalência patrimonial	10	(99.803)	(218.644)	-	-
Provisões e reversões para riscos trabalhistas	17	-	-	30	(186)
Juros empréstimos, debêntures e arrendamentos	13 e 14	-	25.097	98.226	53.566
Juros sobre empréstimos entre partes relacionadas a pagar	23	31.365	-	-	-
Ajuste a valor presente		-	-	160	(1.020)
Partes relacionadas, líquidas		(11.206)	(951)	-	-
Estorno de PIS e COFINS diferidos	22	-	-	-	(43.255)
Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro		(21.840)	(26.906)	49.909	31.116
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber	6	-	-	19.615	16.083
Impostos a recuperar	7	4.441	(5.050)	(3.863)	(18.473)
Outras contas a receber		-	(20)	-	(20)
Fornecedores	12	87	178	(7.593)	11.503
Pis e COFINS diferidos		-	-	-	72
Imposto de renda, contribuição social	24	-	-	-	(1.790)
Ativo financeiro da concessão	8	-	-	151.487	140.456
Obrigações trabalhistas		1.136	(922)	1.337	850
Impostos a recolher	15	(158)	252	(7.453)	(2.005)
Outros ativos e passivos	9	435	(2.763)	(7.011)	(3.112)
<b>CAIXA GERADO (CONSUMIDO) NAS OPERAÇÕES</b>		<b>5.941</b>	<b>(8.325)</b>	<b>146.519</b>	<b>143.564</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	-	(2.236)	(15.721)
Pagamento de juros sobre financiamento, debêntures e arrendamentos	13 e 14	-	(42.158)	(85.487)	(76.966)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>(15.899)</b>	<b>(77.389)</b>	<b>108.705</b>	<b>81.993</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>					
Aquisição de ativo imobilizado		(135)	(22)	(275)	(343)
Aquisição de ativo intangível	11	-	(196)	(8.723)	(12.668)
Aplicações Financeiras	5	-	-	3.710	1.349
Integralização de Capital		-	-	-	-
Aquisição de ativo financeiro (custo de obra)	8 e 31	-	-	(54.786)	(8.338)
Recebimento de dividendos	10	21.000	219.387	-	-
Aporte de Capital na investida	10	(18.050)	(2.001)	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		<b>2.815</b>	<b>217.168</b>	<b>(60.074)</b>	<b>(20.000)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>					
Partes relacionadas	28	-	200.000	-	-
Fornecedores e prestadores de serviços - Confirming	12	-	-	5.139	5.690
Amortização de empréstimos, debêntures e arrendamentos	13 e 14	-	-	(23.078)	(129.064)
Dividendos pagos	19	-	(173.229)	-	(173.229)
Ágio na subscrição de Ação	19	-	2.135	-	2.135
Juros sobre capital próprio recebidos		-	44.401	-	3.810
Aumento de capital	19	-	12.530	-	12.530
Redução de capital		-	(230.000)	-	(230.000)
Custo de emissão de Debênture	14	-	-	(328)	-
Aplicação depósitos vinculados		-	-	-	5.594
Ingresso de empréstimos, financiamentos e debêntures	13 e 14	-	-	130.189	412.215
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS (CONSUMIDO PELAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		<b>-</b>	<b>(144.163)</b>	<b>111.922</b>	<b>(90.319)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(13.084)</b>	<b>(4.384)</b>	<b>160.553</b>	<b>(28.326)</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício		18.126	22.510	44.965	73.291
Caixa e equivalentes no final do exercício		5.042	18.126	205.518	44.965
<b>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(13.084)</b>	<b>(4.384)</b>	<b>160.553</b>	<b>(28.326)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

**(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)**

### **1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. ("Companhia" ou "OPY") é uma sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, SP, constituída em 12 de julho de 2018.

A Companhia tem como atividade principal, exercida diretamente ou por meio de participações em outras empresas, a atuação no setor de infraestrutura social, por meio da realização de atividades de construção, fornecimento de equipamentos, bem como da gestão e manutenção de serviços não assistenciais em hospitais.

Entre suas operações, destacam-se:

- (i) OZN Health SPE S.A. ("OZN Health S.A." ou "OZN"), uma parceria público-privada ("PPP") com o Governo do Estado do Amazonas que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais ao Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz. Essa operação teve seu contrato de concessão firmado em abril de 2013 pelo prazo de 20 anos;
- (ii) ONM Health S.A. ("ONM"), uma PPP junto à Prefeitura de Belo Horizonte para realização de serviços e obras de engenharia, fornecimento de equipamentos, manutenção e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro. Essa operação teve seu contrato de concessão firmado em março de 2012 pelo prazo de 20 anos.
- (iii) ODR Health SPE S.A. ("ODR Health S.A." ou "ODR"), uma PPP com o Governo do Estado de Tocantins que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviços de construção, fornecimento de equipamento, bem como gestão, operação e manutenção de serviços não assistenciais do novo Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina, em Palma, TO. Essa operação teve seu contrato de concessão firmado em fevereiro de 2025 pelo prazo de 30 anos.
- (iv) Opy Serviços Hospitalares S.A. ("Opy Serviços") é uma sociedade anônima de capital fechado e teve suas atividades iniciadas em junho de 2022. A Opy Serviços firmou dois contratos para a prestação de serviços de gestão, administração e acompanhamento de serviços não assistenciais, em parceria com a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, sendo eles: (i) junto ao Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia ("HMAP"), com vigência até 01 de junho de 2026 e (ii) junto ao Hospital Urgências de Goiás ("HUGO").

Em 23 de setembro de 2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia mediante a subscrição de 200.000.000 (duzentos milhões) de ações, passando o capital social para R\$200.001.

Em 27 de junho de 2024, a Companhia concluiu operação societária na qual o fundo IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE, atual controlador da companhia, adquiriu a totalidade das ações da Companhia anteriormente detidas pelo PE SOPP Fundo de Investimento em Participações II Multiestratégia Investimento no Exterior. Na mesma data, foi aprovado aumento do capital social da Companhia mediante a subscrição de 800.004.000 (oitocentos milhões e quatro mil) ações, elevando o capital social para R\$457.974, conforme descrito na Nota Explicativa nº 18.

Em 30 de dezembro de 2024, foi celebrada Assembleia Geral Extraordinária que deliberou a redução de capital social da Companhia em R\$230.000, mediante o cancelamento de 502.214.727 (quinhentos e dois milhões, duzentos e quatorze mil, setecentos e vinte e sete) ações ordinárias. Após essas movimentações, em 31 de dezembro de 2024 o capital social da Companhia passou a ser de R\$227.974, representado por 497.790.573 (quatrocentos e noventa e sete milhões, setecentos e noventa mil, quinhentos e setenta e três) ações ordinárias.

## 2 OPY E SUAS CONTROLADAS

A Companhia é composta pelas seguintes operações:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
ONM Health S.A. (a)	100,00%	100,00%
OZN Health S.A. (b)	100,00%	100,00%
OPY Serviços Hospitalares S.A (c)	100,00%	100,00%
ODR Health S.A (d)	100,00%	100,00%
Infraserv Gerenciadora S.A. (e)	100,00%	

### (a) ONM Health S.A.

Sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, MG. A ONM tem como objeto social, exclusivamente, a prestação de serviços de apoio não assistenciais à gestão e operação do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro ("Hospital" ou HMDCC), nos termos do Contrato de Concessão nº 04.00125210.34 assinado em 26 de março de 2012 pelo prazo de 20 anos.

### (b) OZN Health S.A.

Sociedade anônima de capital fechado, com em Manaus, AM. A OZN foi constituída em 30 de abril de 2013 e detém a parceria público-privada com o Governo do Estado do Amazonas que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviço de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos.

Em 2 de setembro de 2025, a OZN Health obteve o registro Categoria B junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

### (c) OPY Serviços Hospitalares S.A

Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 24 de agosto de 2020, com sede em São Paulo, SP.

A Opy Serviços firmou dois contratos para a prestação de serviços de gestão, administração e acompanhamento de serviços não assistenciais, em parceria com a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein, sendo eles: (i) junto ao HMAP, com vigência até 01 de junho de 2026 e (ii) junto ao HUGO.

Em 02 de setembro de 2025, foi firmado termo de rescisão do acordo com o HUGO, extinguindo todos os direitos e obrigações decorrentes do referido Contrato, conforme cronograma de desmobilização e pagamento relativo aos serviços a serem encerrados.

Com relação ao contrato junto a HMAP, a intenção da Companhia é renová-lo, de modo que as negociações se encontram em curso à data de emissão dessas demonstrações financeiras.

### (d) ODR Health S.A.

Sociedade anônima de capital fechado, com sede em Palmas, TO. A ODR foi constituída em 21 de outubro de 2024 e detém PPP com o Governo do Estado de Tocantins para a prestação de serviços ao novo Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina nos termos do Contrato de Concessão nº 02/2025 firmado em 10 de fevereiro de 2025, pelo prazo de 30 anos.

O perfil hospitalar do HMMDR será voltado para especialidades ginecológicas e obstétricas, abrangendo atendimentos de gestação de risco habitual e alto risco, além de cuidados neonatais. A unidade contará com estrutura para internações e atendimentos ambulatoriais de recém-nascidos até 28 dias de vida, incluindo leitos de UTI Neonatal, além de outras unidades específicas.

Ao todo, o hospital disponibilizará 210 leitos. Além dos setores de internação, o hospital contará com ambulatórios e demais áreas de apoio, planejadas para oferecer um atendimento humanizado, eficiente e de qualidade às pacientes e seus familiares.

Em 06 de maio de 2025, foi assinado a Ordem de Início de Serviços da Etapa de Obras, bem como a Data de Eficácia do Contrato de Concessão.

#### **(e) Infracor Gerenciadora S.A.**

Sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de junho de 2025, e teve suas atividades iniciais em 1º de outubro de 2025, com sede em São Paulo, SP. A Companhia tem como objeto social, gerenciamento e administração de obras, serviços técnicos de engenharia, gestão de projetos de construção.

### **3 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS**

#### **3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão descritas na nota explicativa 3.7. As mudanças nas políticas contábeis materiais estão descritas na nota explicativa 3.8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

#### **3.2 Base de elaboração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

### **3.3 Continuidade operacional**

A Administração avalia constantemente a lucratividade das operações e posição financeira da Companhia e tem, na data da aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para a sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto aplicou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras.

### **3.4 Base de consolidação**

#### **Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As informações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

#### **Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. As entidades que fazem parte dessa estrutura de consolidação são aquelas descritas anteriormente na nota explicativa nº 2.

### **3.5 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Todos os saldos apresentados em Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **3.6 Uso de julgamento e estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os montantes reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As informações sobre julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia referente às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão relacionadas a seguir:

#### **3.6.1 Avaliação dos instrumentos financeiros**

A nota explicativa nº 26 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros. A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros.

### **3.6.2 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis**

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Os montantes provisionados pela Companhia com base neste julgamento estão detalhados na nota explicativa nº 17.

### **3.6.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos**

São reconhecidos para todos os créditos e perdas tributárias não utilizadas e diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que haja diferenças temporárias tributáveis, ou seja, provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data das demonstrações financeiras e pode ser baixado na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data das demonstrações financeiras e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Dessa forma, sempre que necessário, a Companhia faz o uso de estimativas para concluir sobre a provável existência de lucros tributáveis futuros, valendo-se da avaliação de risco do negócio e projeções de desempenho.

### **3.6.4 Perdas de crédito esperadas**

As perdas de crédito esperadas são mensuradas com base em estimativas ponderadas pelo risco de perda ao qual ativos financeiros da Companhia estão sujeitos. Os riscos de perda, geralmente, refletem o risco de crédito do instrumento financeiro ou da contraparte contratualmente vinculada, e leva em consideração informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

## **3.7 Políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas consistentemente pela Companhia para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **3.7.1 Caixa e equivalência de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

### **3.7.2 Contas a receber**

Representa os saldos a receber contratualmente previstos junto aos Poderes Concedentes referente às contraprestações mensais que suas controladas, ONM Health e OZN Health, passaram a fazer jus após o início das operações, bem como, os saldos a receber dos serviços prestados pela controlada Opy Serviços.

### **3.7.3 Impostos a recuperar**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 7, a Companhia reconhece créditos de impostos a recuperar, especialmente PIS e COFINS, oriundos das fases de construção e operação da Controlada ONM Health, OZN Health e ODR Health. Os referidos créditos são originados e reconhecidos no balanço patrimonial à medida em que são adquiridos insumos para execução dos serviços de construção e operação. Adicionalmente, a Companhia também reconheceu em 2024 créditos extemporâneos de PIS e COFINS para a controlada OZN Health, cujo contexto também é inserido na nota explicativa nº 7.

#### 3.7.4 Contrato de concessão - ativo financeiro

Os contratos de concessão das controladas da Companhia (OZN Health, ONM Health e ODR Health) são registrados conforme os requerimentos do ICPC-01 (R1) e OCPC-05 e, por se tratar de contrato de execução, onde os serviços de construção representam geração de receita adicional durante o prazo da concessão, o reconhecimento do direito (de explorar) e das obrigações (de construir) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

O direito contratual cedido pelo Poder Concedente é reconhecido como Ativo Financeiro, pois representa um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro pela prestação dos serviços de construção.

Para mensurar esta classificação, é utilizado como critério: a proporção da receita garantida, que é a receita que não depende de demanda, sobre a receita total, que é a soma das receitas de contraprestação oriundas do contrato de concessão, o aditivo contratual e as receitas extraordinárias, todos trazidos a valor presente.

Dos valores faturados referentes à contraprestação pública máxima, a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação do ativo financeiro, é utilizada para a baixa do respectivo ativo financeiro.

#### 3.7.5 Investimentos

Os investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos são avaliados através do método de equivalência patrimonial.

#### 3.7.6 Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens.

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos (“*impairment*”).

#### 3.7.7 Intangível

A controlada OZN Health, possui um ativo intangível decorrente de um contrato de concessão por ter direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão ou explorá-la e o valor a ser recebido depende da demanda. Um ativo intangível, recebido como contraprestação por serviços de construção fornecido em um contrato de concessão é mensurado ao valor justo no reconhecimento inicial.

A estimativa de vida útil de um ativo intangível em um contrato de concessão é o período contado a partir de quando a OZN Health se torna apta a cobrar o Poder Concedente pelo uso da infraestrutura até o final do período de concessão. Esta estimativa de vida útil é a premissa utilizada para o cálculo de amortização do saldo do intangível.

### 3.7.8 Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados ao custo ou pelo valor de realização, dos dois o menor, e incluem os rendimentos auferidos.

### 3.7.9 Fornecedores

Os saldos de contas a pagar de Fornecedores correspondem substancialmente ao fornecimento da prestação de serviços necessários para a operação de Companhia. A Companhia realiza contratação de serviços e realiza compras apoiado em sua política de compras.

#### *Confirming*

Os fornecedores têm a opção de ceder seus títulos, sem direito de regresso, para instituições financeiras. Nessa operação, o fornecedor pode ter uma redução de seus custos financeiros, pois a instituição financeira leva em consideração o risco de crédito da Companhia. A Companhia possui como prática contábil a segregação destas operações no balanço patrimonial na rubrica de "Fornecedores – confirming".

### 3.7.10 Empréstimos e Financiamentos

Os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo através do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se toma uma parte das disposições contratuais do instrumento. A baixa de um passivo financeiro é feita quando a Companhia tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio utilizado pela Companhia, todos os financiamentos estão classificados como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

### 3.7.11 Arrendamentos e direito de uso

A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamentos e direito de uso, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à locação de equipamentos e da sede administrativa. A amortização é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente dos contratos.

### 3.7.12 Impostos a recolher

Representa essencialmente saldos de PIS, COFINS e ISS a recolher sobre as operações de serviços de concessão e demais receitas acessórias das controladas. A Companhia reconhece estas obrigações pelo montante devido de acordo com os valores apurados, na competência em que os serviços são prestados. Sempre que permitido por lei, a Companhia utiliza-se da compensação de impostos para liquidar saldos passivos de tributos a pagar.

### 3.7.13 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (duzentos e quarenta mil reais – base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Caso haja prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social ou outros créditos fiscais não utilizados, sempre que permitido por legislação vigente, utilizam-se destes créditos para realizar a compensação de 30% do valor-base tributável.

Considera-se como imposto corrente aquele imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação a exercícios anteriores, se houver.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui quaisquer operações ou saldos referentes à impostos correntes ou diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

### **Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a recuperar é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

### **Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa ou receita de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: (a) diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil e (b) Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente à medida em que seja permitido por lei e todos os critérios específicos sejam atendidos.

#### **3.7.14 Reconhecimento das receitas**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades, apurada pelo regime contábil de competência. Na demonstração do resultado do exercício, a receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. As receitas são reconhecidas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos-futuros serão apurados e o controle sobre o produto ou serviço é transferido para o cliente, considerando cada uma das atividades, conforme descrição a seguir:

#### **Receitas de operação**

Referem-se às receitas provenientes dos serviços de concessão dos Hospitais das controladas da Companhia e são reconhecidas no período em que os serviços são prestados.

Na entidade individual, referem-se à receitas de prestação de serviços administrativos e gestão estratégica prestados pela controladora, com o objetivo de remunerar atividades como (i) consultoria e assessoria para análise, elaboração, implementação e acompanhamento do projeto; (ii) planejamento, suporte e gestão estratégica de ativos, recursos internos e inovação institucional; (iii) apoio administrativo voltado à gestão operacional e empresarial; (iv) apoio na elaboração, aprovação e execução de diretrizes financeiras e orçamentárias; (v) orientação ao plano estratégico empresarial; e (vi) orientação sobre a condução da comunicação estratégica empresarial.

### **Receitas de remuneração do ativo financeiro**

São as receitas reconhecidas mensalmente em função da correção do ativo financeiro, conforme descrito na nota explicativa nº 8, são calculadas com base no saldo do ativo financeiro do mês anterior.

### **Receitas de construção**

Representam as receitas reconhecidas em função da realização de serviços de construção, melhoria e manutenção das obras civis dos Hospitais. Tais receitas são mensuradas e reconhecidas conforme o estágio de execução das obras ao final de cada período.

### **Receitas e despesas financeiras**

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e variações monetárias sobre ativos e passivos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros a pagar sobre os contratos de empréstimos e financiamento e debêntures que a Companhia e suas controladas possuem. O reconhecimento destas despesas financeiras relacionadas aos juros dos financiamentos se dá em observância ao princípio contábil da competência e respeitadas as definições contratuais de cada instrumento de dívida.

Receitas e despesas com juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

### **3.7.15 Instrumentos financeiros**

#### **Reconhecimento e mensuração inicial**

Os saldos a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que se originam. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá, geralmente, pelos valores justos destes itens, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### **Classificação e mensuração subsequente**

##### **a) Ativos financeiros**

Conforme dispositivos trazidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, as operações de ativos financeiros são classificadas nas seguintes categorias:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda; ou
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima.

Os ativos financeiros são revertidos quando: i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ii) transferência de seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro e (a) tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

### **b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados conforme abaixo:

- Custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo; ou
- Valor justo: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

A baixa de passivos é realizada quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como uma reversão do valor reconhecimento originalmente como passivo, e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

### **3.7.16 Provisões**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando se possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimado de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

### **3.8 Novos pronunciamentos em vigor no exercício corrente**

No exercício corrente, a Companhia aplicou as seguintes alterações às IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), bem como novas orientações técnicas, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. A sua adoção não trouxe impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

- Alterações à IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulados Falta de conversibilidade. A Companhia adotou as alterações à IAS 21s, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for.

- OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO). A Companhia adotou a orientação técnica OCPC 10, pela primeira vez no exercício corrente. Esta orientação técnica visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO<sub>2</sub>e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

### 3.9 Novos pronunciamentos emitidos e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras a Companhia não adotou os CPCs novos e revisados a seguir já emitidas e ainda não aplicáveis no exercício corrente.

**CPC 51 (equivalente à normal internacional IFRS 18) - Divulgação do desempenho financeiro das empresas**, tais como: Três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; Divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; Orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; Maior transparência para as despesas operacionais; e Requisitos específicos sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.

**IFRS 19 (ainda não possui um CPC correspondente) - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la. Esta norma permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar às IFRS nas suas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS. A Companhia espera que suas subsidiárias possam beneficiar-se deste novo pronunciamento, entretanto, ainda está avaliando se os reguladores locais aprovarão a aplicação da IFRS 19. Vigente a partir de 1º de janeiro de 2027.

#### **Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40 - Contratos que fazem referência à eletricidade cuja geração dependente de condições naturais. As alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Alterações ao CPC 48 e ao CPC 40) são:

##### **Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica**

As alterações permitem que uma entidade considere como liquidada uma obrigação financeira (ou parte da obrigação financeira) que será liquidada por meio de um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação, se critérios específicos forem atendidos. Se uma entidade optar por aplicar essa política contábil, será requerida a aplicá-la a todas as liquidações realizadas por meio do mesmo sistema de pagamento eletrônico.

##### **Classificação de ativos financeiros**

- **Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo**

As alterações fornecem orientação sobre como uma entidade pode avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Isso tem como objetivo auxiliar uma entidade a aplicar os requisitos para avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características vinculadas a questões ambientais, sociais e de governança (ESG).

- **Ativos financeiros com características 'non-recourse'**

As alterações aprimoram a descrição do termo 'non-recourse', em especial para um para especificar que um ativo financeiro possui características de 'non-recourse' quando o direito final da entidade de receber fluxos de caixa é contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos.

- **Instrumentos contratualmente vinculado**

As alterações esclarecem as características dos instrumentos contratualmente vinculados que os diferenciam de outras operações. Em especial, destacam que esses instrumentos estabelecem uma ordem de prioridade nos pagamentos aos detentores de ativos financeiros por meio de múltiplos instrumentos vinculados (tranches), utilizando uma estrutura de pagamento em cascata (waterfall). Essa estrutura resulta em concentração de risco de crédito e em uma distribuição desproporcional de perdas entre os detentores das diferentes tranches. As alterações também observam que nem toda operação com vários instrumentos de dívida atende aos critérios para ser considerada como envolvendo instrumentos contratualmente vinculados. Além disso, esclarecem que a referência aos instrumentos na carteira subjacente pode incluir ativos financeiros que não estão dentro do escopo dos requisitos de classificação.

### **Divulgações**

- **Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

Os requisitos do CPC 40 foram alterados para exigir que a entidade divulgue o ganho ou perda de valor justo reconhecido no resultado abrangente durante o período, divulgando separadamente o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos baixados no período e o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos mantidos ao final do período.

- **Termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais**

As alterações exigem que a entidade divulgue termos contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente que não estejam diretamente relacionados a mudanças nos riscos e custos básicos de empréstimos. Os requisitos se aplicam a cada classe de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como a cada classe de passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida adoção antecipada. Se uma entidade optar por aplicar essas alterações em um período anterior, ela deverá:

- Aplicar todas as alterações ao mesmo tempo e divulgar esse fato; ou
- Aplicar apenas as alterações relacionadas à classificação de ativos financeiros para esse período anterior e divulgar esse fato.

As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com a IAS 8, com exceções específicas.

Exceto pelo IFRS 18, os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros..

#### 4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	1	1
Bancos	23	30	1.731	4.381
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	5.019	18.096	203.786	40.583
<b>Total</b>	<b>5.042</b>	<b>18.126</b>	<b>205.518</b>	<b>44.965</b>

(a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (“CDB”) remunerados a uma taxa média (12 meses) de aproximadamente 103,91% do CDI em 31 de dezembro de 2025 (99,00% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

#### 5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A composição do saldo apresentado de aplicações financeiras é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
BASA	-	2.541
Banco Santander	-	1.169
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.710</b>
Circulante	-	3.510
Não circulante	-	200
	<b>-</b>	<b>3.710</b>

O saldo refere-se a títulos de capitalização junto à instituição financeira, os quais foram inteiramente resgatados.

#### 6 CONTAS A RECEBER

Referem-se aos saldos a receber mensais dos contratos de prestação de serviços junto aos órgãos públicos e clientes privados, com vencimento mensal.

Estes recebimentos são realizados mensalmente e estão de acordo com o contrato de concessão com o poder concedente ou o contrato de prestação de serviços de gestão administrativa.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SES-AM) - (a)	38.405	46.300
Prefeitura de Belo Horizonte - (b)	11.314	10.720
Sociedade Beneficente Israelita Brasileira (c)	3.438	16.163
Outros	70	52
	<b>53.227</b>	<b>73.235</b>
Ajuste a valor presente	-	-
	<b>53.227</b>	<b>73.235</b>
Circulante	53.227	73.235

- a) Refere-se às contas a receber junto à Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – SES-AM decorrentes da contraprestação mensal, conforme Contrato de Concessão nº 061/2013.
- b) Refere-se às contas a receber junto à Prefeitura de Belo Horizonte, conforme o contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviços de apoio não assistenciais ao funcionamento do hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro gerido pelo ONM Health S.A.
- c) Refere-se às contas a receber da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein em decorrência de serviços prestados pela Opy Serviços no Hospital Municipal de Aparecida de Goiânia e no Hospital Urgências de Goiás.

A Administração da Companhia e suas Controladas, revisa a cada fechamento contábil o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais.

O saldo a receber, classificado pelo prazo de vencimento em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Valores a Vencer	52.779	62.626
Vencidos		
De 1 a 30 dias	-	13
De 31 a 60 dias	31	-
Acima de 360 dias (i)	417	10.596
	<b>53.227</b>	<b>73.235</b>

No Ano de 2024 ocorreu o recebimento de 3 de 4 contraprestações, que estavam em discussão com a SES-AM através de protocolos e ofícios. Em 2025, foi recebida a última contraprestação pendente no valor de R\$10.179. O saldo remanescente será recebido até 31 de dezembro de 2026.

A Companhia não possui expectativa de perda em relação a seus recebíveis em 31 de dezembro de 2025.

## 7 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS/COFINS (a)	76	76	90.266	97.444
IRPJ / CSLL - OPY Serviços (b)	-	-	488	51
IRPJ / CSLL - ONM Health (b)	-	-	457	1.075
IRPJ / CSLL - OZN Health (b)	-	-	3.192	3.070
IRPJ / CSLL - ODR Health (b)	-	-	88	-
IRPJ / CSLL - Controladora (c)	1.060	5.012	1.060	5.012
IRRF - juros sobre capital próprio	2.850	2.850	2.850	2.850
IRRF - sobre aplicações financeiras	256	826	1.000	826
IRRF - sobre prestação de serviços	140	196	4.434	4.008
Outros	258	121	2.247	1.586
	<b>4.640</b>	<b>9.081</b>	<b>106.082</b>	<b>115.922</b>
Circulante	3.974	4.069	25.536	24.262
Não circulante	666	5.012	80.546	91.660

- (a) O montante refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS reconhecidos ao longo de 2024 pela OZN. Em maio de 2020, a Companhia, por meio da sua subsidiária OZN, ingressou com ação judicial visando à suspensão da incidência de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, com fundamento na tese de que as atividades da OZN estariam abrangidas pelos benefícios fiscais aplicáveis à Zona Franca de Manaus.

Em novembro de 2024, foi proferida decisão favorável à OZN, em trânsito em julgado. Em decorrência disso, os valores de PIS e COFINS recolhidos no período de 2017 a 2022 foram reconhecidos como crédito tributário, passível de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, nos termos da legislação aplicável.

- (b) Refere-se a impostos retidos sobre serviços prestados e saldo negativo de impostos pagos antecipadamente de IRPJ/CSLL por estimativa, IRRF sobre aplicações financeiras e prestações de serviços.
- (c) Refere-se a créditos de saldo negativo apurados.

## 8 ATIVO FINANCEIRO

Refere-se às parcelas de valores a receber decorrentes dos contratos de concessão assinados com os respectivos poderes concedentes: a Prefeitura de Belo Horizonte (ONM Health S.A), a Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – SES-AM (OZN Health SPE S.A) e o Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (ODR Health SPE S.A).

Os contratos de concessão foram classificados como ativo financeiro, uma vez que conferem à Companhia e às suas controladas direito incondicional de receber caixa diretamente dos Poderes Concedentes, pelo prazo de 20 anos (no caso de ONM e OZN) e 30 anos (no caso de ODR), em conformidade com as interpretações técnicas ICPC 01 - Contrato de Concessão e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A Companhia e suas Controladas têm a intenção de manter esses ativos durante todo respectivo prazo de concessão, de modo a receber os fluxos de caixa contratualmente estabelecidos.

	ONM Health	OZN Health	ODR	Consolidado
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>284.847</b>	<b>466.872</b>	<b>-</b>	<b>751.719</b>
Remuneração	(45.094)	(95.362)	-	(140.456)
Atualização monetária do ativo financeiro (a), (b) e (c)	42.278	96.644	-	138.922
Adições	8.982	8.337	-	17.319
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>291.013</b>	<b>476.491</b>	<b>-</b>	<b>767.504</b>
Curto prazo	46.635	82.877	-	129.513
Longo prazo	244.377	393.614	-	637.991
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2025</b>	<b>291.013</b>	<b>476.491</b>	<b>-</b>	<b>767.504</b>
Remuneração	(48.617)	(102.870)	-	(151.487)
Atualização monetária do ativo financeiro (a), (b) e (c)	45.514	108.290	704	154.508
Adições	6.856	10.307	40.937	58.100
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>294.766</b>	<b>492.218</b>	<b>41.641</b>	<b>828.625</b>
Curto prazo	50.258	108.915	-	159.173
Longo prazo	244.508	383.303	41.641	669.452

- a) A ONM Health S.A reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 10,75% ao ano, em conformidade com as disposições do respectivo Contrato de Concessão.

Adicionalmente, o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente com base na cesta de índices de reajuste prevista no contrato de concessão. Esse reajuste foi de 5,47% em 2025 e 4,30% em 2024.

- b) A OZN Health S.A reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 11,50% ao ano, em conformidade com as disposições do respectivo Contrato de Concessão.

A Taxa utilizada pela OZN Health SPE S.A para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, inclusive saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor a época da tomada de decisão de investir na concessão, tendo sido apurado por meio de metodologia do Capital Asset Pricing Model – CAPM, cujo a composição observou valores à época da realização do investimento.

Adicionalmente, o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente com base na cesta de índices de reajuste prevista no contrato de concessão. Esse reajuste foi de 6,39% em 2025 e 4,41% em 2024.

- c) A ODR Health S.A reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 8,44% ao ano, em conformidade com as disposições do respectivo Contrato de Concessão.

A Taxa utilizada pela ODR Health SPE S.A para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, inclusive saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor a época da tomada de decisão de investir na concessão, tendo sido apurado por meio de metodologia do Capital Asset Pricing Model – CAPM, cujo a composição observou valores à época da realização do investimento.

Adicionalmente, o saldo do ativo financeiro será atualizado anualmente com base na cesta de índices de reajuste prevista no contrato de concessão. Ressalta-se que não houve atualização até 30 de dezembro de 2025, uma vez que o projeto se encontrava em fase de obras. Nesse período, conforme estabelecido contratualmente, não há pagamento de contraprestação pelo Poder Concedente.

Considerando as características contratuais e o modelo de negócio para manutenção deste ativo financeiro, a Companhia o classifica como ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, de acordo com o CPC 48.

Para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo de *impairment* no ativo financeiro.

## 9 ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Os saldos de outros ativos podem ser assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedor (a)	-	-	9.373	-
Outros ativos	177	177	-	2.132
	<b>177</b>	<b>177</b>	<b>9.373</b>	<b>2.132</b>
Circulante	81	81	6.498	1.556
Não circulante	96	96	2.875	576

- (a) O montante refere-se a pagamento realizado antecipadamente a fornecedor da ODR, atuante no segmento de construção civil, conforme condições contratuais acordadas entre as partes.

Esse adiantamento tem como objetivo assegurar o cumprimento das condições contratuais e a continuidade do projeto, sendo que a execução dos serviços relacionados a esse pagamento é esperada ao longo dos próximos 17 meses.

## 10 INVESTIMENTOS

Refere-se aos investimentos em controladas avaliadas por equivalência patrimonial:

### 10.1 Movimentação dos saldos / histórico da transação

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo inicial</b>	<b>495.642</b>	<b>582.649</b>
Aporte de capital na ODR Health S.A	17.999	2.001
Constituição Infraserv S.A.	51	-
Amortização mais valia – OZN	(4.512)	(4.512)
Amortização mais valia – ONM	(1.834)	(1.834)
Recebimento de dividendos	(21.000)	(219.387)
Compensação dividendos	(40.738)	-
Dividendos propostos a receber (a)	(27.955)	(37.518)
Recebimento juros sobre capital próprio	-	(44.401)
Equivalência patrimonial	99.803	218.644
<b>Saldo final</b>	<b>517.456</b>	<b>495.642</b>

- (a) O montante de dividendos propostos de 2025 referem-se aos dividendos mínimos do lucro líquido de exercícios da ONM Health, OZN Health e Opy Serviços, calculados nos termos do estatuto social e da lei societária brasileira. O pagamento de dividendos está condicionado às controladas terem disponibilidade de caixa. O saldo de dividendos a receber em 31 de dezembro de 2025 é de R\$27.955.

### 10.2 Detalhes do saldo dos investimentos

Informações financeiras resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2025									
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Mais Valia	Amort. mais valia	Receita bruta	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Saldo dos investimentos
ONM Health	339.608	257.013	82.595	56.133	(10.701)	151.554	17.140	17.140	128.027
OZN Health	923.869	592.133	331.736	58.277	(25.191)	263.488	83.434	83.434	364.822
Opy Serviços	21.206	13.420	7.786	-	-	68.528	2.409	2.409	7.786
ODR Health	162.952	146.215	16.737	-	-	41.550	(3.213)	(3.213)	16.737
INFRASERV	248	164	84	-	-	-	33	33	84
								<b>99.803</b>	<b>517.456</b>

Informações financeiras resumidas das controladas em 31 de dezembro de 2024									
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Mais Valia	Amort. mais valia	Receita bruta	Resultado do período	Equivalência Patrimonial	Saldo dos investimentos
ONM Health	329.709	256.934	72.775	56.133	(8.866)	147.244	-	195.024	120.041
OZN Health	953.029	623.173	329.856	58.277	(20.679)	243.765	-	14.875	367.453
Opy Serviços	21.491	15.295	6.197	-	-	67.499	-	8.795	6.197
ODR Health	4.976	3.026	1.951	-	-	-	-	(50)	1.951
								<b>218.644</b>	<b>495.642</b>

## 11 INTANGÍVEL

Intangível pode ser assim demonstrado:

<b>Consolidado</b>				
<b>31/12/2025</b>				
<b>% Amortização</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Valor Líquido</b>	
Softwares e outros	20% a.a.	456	(177)	279
Direito de uso (a)	5% a.a.	267.308	(158.765)	108.543
Mais valia – Concessão ONM (b)		82.730	(28.781)	53.949
Mais valia – Concessão OZN (b)		84.310	(34.180)	50.130
Constituição de Intangível – Concessão ODR (c)		9.162	(204)	8.958
		<b>443.966</b>	<b>(222.107)</b>	<b>221.859</b>

<b>Consolidado</b>				
<b>31/12/2024</b>				
<b>% Amortização</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Valor Líquido</b>	
Softwares e outros	20% a.a.	724	(289)	435
Direito de uso (a)	5% a.a.	267.308	(143.723)	123.585
Mais valia – Concessão ONM (b)		82.730	(13.441)	69.289
Mais valia – Concessão OZN (b)		84.310	(31.332)	52.978
Constituição de Intangível – Concessão ODR (c)		3.427	-	3.427
		<b>438.499</b>	<b>(188.785)</b>	<b>249.714</b>

- (a) Corresponde à parcela da remuneração da OZN relacionada ao direito da OZN Health SPE S.A de explorar economicamente a infraestrutura, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013. O valor é amortizado linearmente pelo prazo residual da concessão.
- (b) Montante de mais valia oriundo das aquisições das empresas ONM e OZN, as quais ocorreram, respectivamente, em 18 de fevereiro de 2020 e 29 de maio de 2020.
- (c) Refere se a gastos incorridos pela ODR, principalmente com consultorias no desenvolvimento e elaboração do projeto para a obtenção da concessão. A amortização será de acordo com o prazo da concessão.

## 12 FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE CONFIRMING

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Operações de Confirming (a)	-	-	31.186	25.338
Ajuste valor presente - Operações de confirming	-	-	(1.849)	(1.300)
Fornecedores – terceiros	419	332	25.594	30.267
<b>Total</b>	<b>419</b>	<b>332</b>	<b>54.931</b>	<b>54.305</b>

- (a) A companhia mantém convênios de confirming com instituições financeiras para gestão de seus compromissos junto a fornecedores estratégicos. Nessas operações, os fornecedores cedem seus direitos de recebimento às instituições financeiras, que realizam o pagamento antecipado dos títulos mediante aplicação de uma taxa de desconto de 1,34%, passando a ser credoras da operação até a liquidação final pela Companhia, mantidos os prazos e valores originalmente pactuados, de até 180 dias.

As operações de confirming possuem condições comerciais específicas e, por essa razão, são classificadas como atividades de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Após revisão da composição da carteira, a Administração concluiu que não houve alteração nos prazos ou nas demais condições contratuais das obrigações com fornecedores. O principal objetivo dessas operações é oferecer aos fornecedores uma alternativa de antecipação de seus recebíveis, sem modificação substancial das condições comerciais originalmente estabelecidas com a Companhia.

## 13 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos saldos de obrigações com empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é demonstrada a seguir:

Instituição financeira	Companhia	Modalidade	Data da captação	Aditivo	Vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição atualizada em	
								31/12/2025	31/12/2024
BDMG	ONM Health (a)	Financiamento com garantia	25/10/2021		25/08/2031	SELIC + 4,74%	75.000	46.563	54.626
HP FINANCIAL	ONM Health (b)	Financiamento de ativo fixo	01/03/2025		17/02/2030	14,79%	2.915	2.429	-
							<b>77.915</b>	<b>48.992</b>	<b>54.626</b>
								<b>8.760</b>	<b>8.042</b>
								<b>40.232</b>	<b>46.584</b>

Os contratos de dívida junto ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), bem como os instrumentos que regem o Certificado de Recebíveis Imobiliário (CRI) – representados pela debênture que lastreia a operação (ver Nota Explicativa nº 14) – contêm cláusulas de covenants financeiros que exigem da Companhia a manutenção de determinados índices financeiros dentro dos limites estabelecidos contratualmente.

Os montantes apresentados na modalidade de financiamento de ativo fixo referem-se a captações para financiar a aquisição de ativos financeiros realizadas através de operações de arrendamento mercantil. Nesta categoria de financiamento, os próprios ativos adquiridos são dados em garantia à dívida.

A movimentação dos financiamentos da controlada entre períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, é como segue:

Instituição financeira	Companhia	31/12/2024	Principal			Juros e encargos			31/12/2025
			Adições	Custo de Transação Líquido	Pagamentos	Adições	Bônus de adimplência	Pagamentos	
BDMG	ONM Health	54.626	-	291	(8.333)	9.387	-	(9.408)	46.563
HP FINANCIAL	ONM Health	-	2.915	-	(486)	143	-	(143)	2.429
		<b>54.626</b>	<b>2.915</b>	<b>291</b>	<b>(8.819)</b>	<b>9.530</b>	<b>-</b>	<b>(9.551)</b>	<b>48.992</b>

Instituição financeira	Companhia	31/12/2023	Principal			Juros e encargos			31/12/2024
			Adições	Custo de Transação Líquido	Pagamentos	Adições	Bônus de adimplência	Pagamentos	
BASA	OZN Health	79.080	-	-	(70.410)	5.408	(2.113)	(11.965)	-
BNDES	OZN Health	28.671	-	-	(26.027)	2.859	(2)	(5.501)	-
VOTORANTIM	OZN Health	6.058	-	-	(6.019)	445	1	(485)	-
BOCOM	OZN Health	373	-	-	(369)	-	-	(4)	-
BASA	OZN Health	491	-	-	(494)	31	5	(33)	-
BANCO DO BRASIL	OZN Health	4.025	-	-	(4.002)	168	3	(194)	-
BASA	OZN Health	1.552	-	-	(1.548)	36	(3)	(37)	-
VOTORANTIM	OZN Health	8.123	-	-	(7.014)	659	4	(1.772)	-
BOCOM	OZN Health	1.263	-	-	(1.251)	15	2	(29)	-
BDMG	ONM Health	62.650	-	338	(8.335)	9.055	-	(9.082)	54.626
HP FINANCIAL	ONM Health	35	-	-	(35)	11	-	(11)	-
HP FINANCIAL	ONM Health	117	-	-	(117)	37	-	(37)	-
		<b>192.438</b>	<b>-</b>	<b>338</b>	<b>(125.621)</b>	<b>18.724</b>	<b>(2.103)</b>	<b>(29.150)</b>	<b>54.626</b>

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo classificado no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

	Consolidado
2027	8.719
2028	8.766
2029	8.813
Acima de 2030	12.176
	<b>38.474</b>

## 14 DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS

Modalidade	Companhia	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em	
						31/12/2025	31/12/2024
Debentures	ONM Health	13/09/2021	15/08/2031	7,36%	60.000	64.800	67.683
Debentures	OZN Health	20/12/2024	20/12/2031	100%DI+3,5% a.a.	420.000	404.498	412.961
Debentures	ODR Health	20/04/2025	30/04/2027	100% DI + 2,25% a.a.	130.000	136.503	-
Circulante (Principal)						64.206	69.791
Circulante (Custo emissão debentures)						(1.443)	(1.362)
						<b>62.763</b>	<b>68.429</b>
Não circulante (Principal)						553.402	420.000
Não circulante (custo emissão debentures)						(10.364)	(7.785)
						<b>543.038</b>	<b>412.215</b>

O montante total do principal está apresentado líquido dos custos com a emissão das debêntures, conforme previsto no pronunciamento técnico CPC 08 (R1) - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Debêntures	31/12/2024	Principal			Juros e encargos		31/12/2025
		Adições	Custo emissão debentures	Pagamentos	Adições	Pagamentos	
Debêntures emitidas - ONM Health	54.998	-	-	(6.150)	-	-	48.848
Juros Contrato - ONM Health	29.529	-	-	-	7.879	(4.986)	32.422
Amortização juros contrato - ONM Health	(15.481)	-	-	-	-	-	(15.481)
Custo com emissão debentures - ONM Health	(1.363)	-	-	-	374	-	(989)
Debêntures emitidas - OZN Health	420.000	-	-	(8.400)	-	-	411.600
Juros Contrato - OZN Health	1.492	-	-	-	71.054	-	72.546
Amortização juros contrato - OZN Health	(746)	-	-	-	-	(70.950)	(71.696)
Custo com emissão debêntures – OZN Health	(7.785)	(328)	-	-	161	-	(7.952)
Debêntures emitidas - ODR Health	-	130.000	-	-	-	-	130.000
Juros Contrato - ODR Health	-	-	-	-	9.229	-	9.229
Custo com emissão debentures - ODR Health	-	(2.726)	-	-	-	-	(2.726)
	<b>480.644</b>	<b>126.946</b>	<b>-</b>	<b>(14.550)</b>	<b>88.697</b>	<b>(75.936)</b>	<b>605.801</b>

Debêntures	31/12/2023	Principal			Juros e encargos		31/12/2024
		Adições	Custo emissão debentures	Pagamentos	Adições	Pagamentos	
Debêntures emitidas - ONM Health	58.440	-	-	(3.442)	-	-	54.998
Juros Contrato - ONM Health	21.276	-	-	-	8.253	-	29.529
Amortização juros contrato - ONM Health	(10.569)	-	-	-	-	(4.912)	(15.481)
Custo com emissão debentures - ONM Health	(1.849)	-	-	-	486	-	(1.363)
Debêntures emitidas - OZN Health	-	420.000	-	-	-	-	420.000
Juros Contrato - OZN Health	-	-	-	-	1.492	-	1.492
Amortização juros contrato - OZN Health	-	-	-	-	-	(746)	(746)
Custo com emissão debêntures – OZN Health	-	-	-	-	(7.785)	-	(7.785)
	<b>67.298</b>	<b>420.000</b>	<b>-</b>	<b>(3.442)</b>	<b>2.446</b>	<b>(5.658)</b>	<b>480.644</b>

### ONM Health S.A.

Em 20 de agosto de 2021, a ONM realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, no montante de R\$60.000 (sessenta milhões de reais). Essas debêntures serviram de lastro para operação de securitização, por meio da qual a Virgo Companhia de Securitização emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI).

As debêntures possuem prazo de 10 anos, remuneração correspondente a IPCA + 7,36% ao ano e carência de 12 meses para amortização do principal.

Os recursos captados foram integralmente destinados ao pagamento das despesas diretamente relacionadas às obras de expansão, desenvolvimento, reforma e manutenção do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro, ativo objeto do Contrato de Concessão da ONM Health S.A.

A operação conta com carta fiança como garantia, no valor equivalente a três parcelas vincendas da dívida, em benefício dos titulares do CRI perante a Virgo Companhia de Securitização.

Adicionalmente, a operação conta com as seguintes garantias reais:

- (i) cessão fiduciárias dos direitos creditórios correspondentes a três contraprestações mensais previstas no Contrato de Concessão;
- (ii) penhor dos direitos creditórios decorrentes do “Contrato de Penhor”, conforme Contrato de Concessão; e
- (iii) alienação fiduciária das ações da ONM Health S.A. detidas pela Companhia.

A operação é regida, entre outros, pelos seguintes instrumentos: (i) Contrato de Distribuição; (ii) Escritura de Emissão de Debêntures; (iii) Escritura de Emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários; (iii) Termo de Securitização; (iv) Contrato de Cessão Fiduciária; e (v) Contrato de Alienação Fiduciária, incluindo todos os seus anexos e aditamentos.

#### **OZN Health S.A.**

Em 26 de novembro de 2024, a OZN Health S.A. realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, e de espécie quirografária, no valor de R\$420.000, com prazo de 7 anos, remuneração equivalente a CDI + 3,50% ao ano e carência de 11 meses para amortização do principal.

Os recursos captados foram integralmente destinados à quitação de contratos de financiamentos anteriormente celebrados com o Banco da Amazônia (BASA), BNDES, Banco Votorantim, bem como ao pagamento de dividendos e à liquidação de mútuos com partes relacionadas.

A operação conta com garantia fidejussória, representada por carta fiança no valor equivalente a três parcelas vincendas da dívida, emitida em favor do agente Fiduciário, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Adicionalmente, foram constituídas as seguintes garantias reais:

- (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Concessão, conforme cláusula 4;
- (ii) alienação fiduciária das ações da OZN Health S.A. detidas pela Companhia.

A emissão é regida, entre outros, pelos seguintes instrumentos: (i) Escritura de Emissão; (ii) Contratos de Garantia, incluindo a alienação de ações e a cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, celebrado entre a emissora, a fiadora e as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (iv) Contrato de Prestação de Serviços de Banco Depositário ( “Contrato Serviços de Cauções e Outros”); (v) demais instrumentos celebrados com prestadores de serviços contratados no âmbito da emissão e da oferta; e (vi) eventuais aditamentos e anexos aos documentos mencionados nos itens acima.

O saldo principal encontra-se apresentado líquido dos custos de transação, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

### ODR Health S.A.

A ODR realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e garantia fidejussória adicional, em duas séries, no valor total de R\$130.000, sendo: R\$65.000 referentes à Primeira Série, emitida em 30 de abril de 2025, e R\$65.000 referentes à Segunda Série, emitida em 15 de outubro de 2025.

As debêntures possuem prazo de 2 anos, com remuneração equivalente a CDI + 2,25% ao ano, com vencimento em parcela única em 30 de abril de 2027.

Os recursos captados foram destinados ao financiamento de investimentos relacionados à implantação do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina, em Palmas, TO, abrangendo despesas associadas às obras de construção e expansão do empreendimento. Esses investimentos incluem, entre outros, gerenciamento das obras, aquisição de materiais, elaboração de projetos, obtenção de licenças, construção de instalações, bem como aquisição de mobiliários e equipamentos necessários à futura operação do hospital.

A operação é regida, entre outros, pelos seguintes documentos:

- (i) Escritura de Emissão;
- (ii) Contratos de Garantia, incluindo alienação de ações do ODR detidas pela Companhia e cessão fiduciária de direitos creditórios;
- (iii) Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, celebrado entre a emissora, a fiadora e a instituição financeira distribuidora;
- (iv) Contrato de Prestação de Serviços de Banco Depositário (“Contrato de Conta Vinculada”);
- (v) Contrato de conta Garantia; e
- (vi) demais instrumentos, anexos e aditamentos relacionados aos documentos mencionados acima.

O saldo do principal encontra-se líquido dos custos de transação, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

A liquidação integral das debêntures está prevista para ocorrer por meio de recursos provenientes de operação de financiamento de longo prazo a ser contratada. A Administração entende haver razoável segurança quanto à conclusão dessa operação, considerando o estágio avançado das tratativas com instituições financeiras.

### 14.1 – Covenants

#### OZN Health S.A.

O contrato das debêntures contém cláusulas de covenants financeiros que estabelecem a manutenção de determinados índices financeiros mínimos e máximos, conforme estabelecido em contrato. Esses covenants são mensurados com base no Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) e na razão Dívida Líquida/EBITDA Cash.

O ICSD deverá ser calculado como a razão entre:

- (A) *Geração Operacional de Caixa*, correspondente ao Fluxo de Caixa Operacional proveniente das atividades operacionais, considerando o somatório dos recebimentos de contraprestação pública, inclusive aqueles relacionados ao ativo financeiro, bem como de outras Receitas Operacionais, líquidas de eventuais compartilhamentos com o Poder Concedente, deduzidos os custos e despesas operacionais e administrativos, incluindo tributos e impostos incidentes sobre as receitas; e

(B) *Serviço da Dívida*, corresponde à amortização do principal e ao pagamento de juros decorrentes de passivos onerosos assumidos pela Emissora, a serem pagos no respectivo período.

sendo  $ICSD = A / B$ .

A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo mútuos, avais e emissões de títulos de renda fixa no mercado nacional ou internacional, acrescido do montante de operações de risco sacado que excedam o valor total de R\$15.000.

O EBITDA Cash é calculado com base no período de 12 meses anteriores à respectiva data de apuração, e corresponde ao lucro ou prejuízo antes de:

- (a) impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias;
- (b) despesas de depreciação e amortização; e
- (c) despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras.

Para fins de cálculo do EBITDA Cash, são excluídos:

- 1) receitas de remuneração de ativo financeiro;
- 2) receitas de construção, baixas do ativo financeiro relacionados à concessão ou à sua remuneração, bem como os impostos incidentes sobre o ativo financeiro; e
- 3) custos de construção.

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,2, sendo apurado semestralmente, com base nos valores acumulados dos últimos doze meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras da OZN.

Adicionalmente, a razão Dívida Líquida/EBITDA Cash deve ser igual ou inferior aos seguintes limites discriminados abaixo, conforme o ano de apuração:

Período	Limite Dív. Líq / EBITDA Cash
2024	$\leq 3,0$
2025	$\leq 2,9$
2026 e 2027	$\leq 2,5$
2028 e 2029	$\leq 2,0$
2030 e 2031	$\leq 1,0$

Os Covenants são mensurados semestralmente, e em 31 de dezembro de 2025 (data de mensuração mais recente) a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

Índice	Limite	Últimos 12 meses acumulados
		31/12/2025
ICSD	$\geq 1,2$	1,9
Dívida Líquida/EBITDA Cash	$\leq 2,9$	2,3

## ONM Health S.A

Os contratos de dívida junto ao Banco BDMG e os instrumentos que regem o certificado de recebível imobiliário (aqui representados pela debênture que lastreia a operação descrita nesta nota explicativa) contêm cláusulas de covenants financeiros que busca manter o patamar de certos índices financeiros conforme estabelecido em contrato. Esses covenants são aplicáveis tanto à debenture emitida pelo ONM quanto aos empréstimos e financiamentos do ONM.

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,3, sendo apurado semestralmente, com base nos valores acumulados nos últimos doze meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras do ONM. Caso deixe de atingir o ICSD exigido, a ONM terá o prazo de 6 meses para comprovar o reestabelecimento do referido índice.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

Índice	Limite	12 meses findo em	
		31/12/2025	31/12/2024
Geração operacional de caixa (*) / Serviço da dívida (**)	Maior que 1,3	1,8664	2,0134

(\*) Geração de caixa operacional corresponde a soma do caixa líquido gerado nas operações e o custo de obra, relativo aos 12 últimos meses.

(\*\*) O serviço da dívida corresponde ao pagamento de principal de financiamento e pagamento de juros de financiamento, deduzido dos efeitos de substituição das dívidas, relativo aos 12 últimos meses.

## ONM – quebra de covenant e obtenção de waiver

Em 26 de dezembro de 2024 a parte relacionada OZN Health S.A. celebrou contrato de mútuo oneroso, cuja eficácia está condicionada à aprovação dos debenturistas/detentores do CRI, com a controlada da Companhia no montante de R\$200.000, valor já transferido entre as entidades em 2024. Embora tal tipo de transação não tenha envolvido a ONM diretamente, a cláusula 5.1.2 (y) das debêntures da ONM requer aprovação prévia para a efetivação de tal transação, sob a penalidade de representar um evento de liquidação imediata do passivo caso tal aprovação não tenha sido obtida.

Como o rito para tal aprovação apenas ocorreu no exercício seguinte, em 31 de dezembro de 2024 todo o montante da dívida da ONM foi classificado como curto prazo.

Cumpridos os ritos previstos no Termo de Securitização de Créditos Imobiliários dos Certificados de Recebíveis da 319ª e 353ª Séries da 4ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização, lastreados em direitos creditórios imobiliários devidos pela ONM Health S.A., em 27 de março de 2025, foram obtidas as devidas autorizações para realização da redução de capital com condição precedente, da OPY Healthcare gestão de Ativos e Investimentos S.A. (“OPY”), sua controladora, e celebração de Contrato de Mútuo, com condição precedente, entre a OPY e a OZN Health S.A, parte relacionada, sem declaração de vencimento antecipado sujeito a pagamento de waiver fee no montante de 0,35% sobre o saldo devedor das debentures, valor pago em 31 de março de 2025.

Não há covenants financeiros para essas debêntures e, mesmo para os covenants não financeiros existentes, a Companhia se encontra adimplente em 31 de dezembro de 2025.

## ODR

O contrato das debêntures não prevê covenants financeiros específicos. Quanto aos covenants não financeiros, a Companhia encontra-se adimplente em 31 de dezembro de 2025.

## 15 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS a Recolher	12	12	1.124	145
Cofins a recolher	97	103	5.563	1.001
ISS a recolher	59	56	3.143	1.018
PIS e COFINS a recolher - Parcelamento (a)	-	-	420	754
IRPJ a recolher	-	-	2.608	468
CSLL a recolher	-	-	2.425	1.813
IRRF a recolher	231	382	361	491
CSRF a recolher	-	-	220	446
IOF a recolher (b)	-	-	-	3.684
Outros impostos	-	4	1.954	2.682
<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>557</b>	<b>17.818</b>	<b>12.502</b>
Circulante	399	557	17.572	11.968
Não Circulante	-	-	246	534

(a) Em 31 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Medida Provisória Nº 783, de 31 de maio de 2017, para parcelamento de débitos de PIS e COFINS até março de 2017 de R\$13.745 (incluindo multas e juros). Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou o pagamento de 117 parcelas, restando 29 parcelas a serem pagas mensalmente.

(b) IOF a recolher referente ao mútuo. Os detalhes desta operação estão detalhados na nota explicativa nº 28.

## 16 IMPOSTOS DIFERIDOS

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) (a)	137.691	126.774
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (a)	49.577	42.488
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre créditos extemporâneos (c)	12.535	16.469
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre mais valia	25.564	37.405
	<b>225.367</b>	<b>223.136</b>
Programa de Integração Social (PIS) (b)	3.144	4.874
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (b)	14.241	22.450
Imposto sobre serviço (ISS) (b)	14.268	14.576
	<b>31.653</b>	<b>41.900</b>
Circulante	-	-
Não Circulante	257.020	265.536

- a) O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias e diferimento da receita dos contratos de concessão. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.
- b) O PIS, a COFINS e o ISS diferidos, classificadas no passivo não circulante, representa a expectativa de liquidação destes tributos ao longo de todo o prazo das concessões, que, atualmente, estão previstos para se encerrar em 2033 (OZN Health) e 2035 (ONM Health). Tais impostos são devidos somente à medida em que ocorrem os recebimentos financeiros das contraprestações relacionadas à realização do ativo financeiro.
- c) Saldo referente a IRPJ e CSLL incidentes sobre crédito extemporâneos da empresa OZN Health, cujo contexto se encontra na nota explicativa nº 7.

## 17 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTA E CÍVEIS

As provisões para riscos refletem a opinião de assessores jurídicos que classificam alguns pleitos com risco provável de perda. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos na esfera administrativa e trabalhista. Sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida.

Para 31 de dezembro de 2025 não houve valores judiciais avaliados com grau de risco de perda possível.

A movimentação das provisões para riscos trabalhistas, pode ser assim demonstrada:

	<b>Companhia</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>Provisão</b>	<b>Reversão</b>	<b>31/12/2025</b>
Administrativa	ONM Health	320	-	-	320
Trabalhista	OZN Health	40	70	(40)	70
<b>Total</b>		<b>360</b>	<b>70</b>	<b>(40)</b>	<b>390</b>

	<b>Companhia</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>Provisão</b>	<b>Reversão</b>	<b>31/12/2024</b>
Administrativa	ONM Health	533	-	(213)	320
Trabalhista	ONM Health	13	40	(13)	40
<b>Total</b>		<b>546</b>	<b>40</b>	<b>(226)</b>	<b>360</b>

## 18 OUTROS PASSIVOS

O saldo de outros passivos está abaixo demonstrado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2025</b>	<b>31/12/2024</b>
Plano de Outorga de Ações a Pagar	658	-	658	-
Outros	454	677	510	940
	<b>1.112</b>	<b>677</b>	<b>1.168</b>	<b>940</b>
Circulante	274	220	330	483
Não circulante	838	457	838	457

## 19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Capital social

Em 27 de junho de 2024, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi convertida em capital social a totalidade das debentures emitidas em 12 de agosto de 2023 no total de R\$257.973. Nesta conversão, foram emitidas 800.004. novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço de emissão de R\$0,3224656377 por ação. Com esta conversão, o capital da companhia passou de R\$200.001 para R\$457.974.

Em 30 de dezembro de 2024, mediante a ata de assembleia geral extraordinária, foi deliberada a redução de capital da companhia, no montante de R\$230.000 e o cancelamento de 502.214,427 ações ordinárias.

Com a redução de capital social a companhia passa a ter em 31 de dezembro de 2024 um capital social subscrito e integralizado de R\$227.974, correspondente a 497.790.573 ações totalmente integralizadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

	<b>Quantidade de ações - Subscritas</b>	<b>Quantidade de ações - integralizadas</b>	<b>Capital social R\$</b>
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024	<u>497.791</u>	<u>497.791</u>	<u>227.974</u>

As ações da Companhia estão representadas da seguinte forma:

	<b>Quantidade de ações - milhares</b>	<b>Participação</b>
IG4 BTG PACTUAL INFRA SOCIAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA IE	<u>497.791</u>	<u>100%</u>

### Dividendos

O Estatuto Social da Companhia e a legislação societária vigente estabelecem a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido anual ajustado. Caso esse limite não seja atingido pelas remunerações realizadas ao longo do exercício, é registrada provisão para dividendos mínimos obrigatórios até o montante devido. Os dividendos excedentes ao mínimo legal são registrados em conta específica no patrimônio líquido, quando deliberados pela Administração da Companhia.

No dia 26 de junho de 2024, foi deliberado, em Assembleia Geral Extraordinária, a conversão de dividendos intermediários em integralização de capital no montante R\$8.228, conforme saldo registrado em “dividendos a pagar”, com base no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2023.

Em 24 de fevereiro de 2025, foi ratificada, em ato societário, a aprovação do pagamento de R\$19.000 de juros sobre o capital próprio à OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A, conforme §2º do art. 23 do Estatuto Social da OZN. O valor refere-se a lucros acumulados no balanço de 31 de dezembro de 2023, sendo que o pagamento ocorreu em 29 de novembro de 2024.

### Debêntures Conversíveis em Ações

Em 12 de agosto de 2023, o IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE e a Companhia celebraram o Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, com garantia real, em série única e colocação privada.

Nessa operação, o fundo IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE subscreveu e integralizou 257.973 mil debêntures conversíveis, com valor nominal unitário de R\$1 mil, no montante total de R\$257.973. A conversão estava condicionada ao cumprimento das condições precedentes previstas na escritura da emissão.

Em 27 de junho de 2024, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, ocorreu a conversão integral das debêntures em capital social, totalizando R\$257.973. Na conversão, foram emitidas 800.004.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,3224656377 por ação.

### Dividendos a pagar

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Passivo circulante</b>		
<b>Saldo início do período</b>	<b>38.243</b>	<b>14.536</b>
Dividendos propostos	-	158.693
Dividendos pagos	-	(173.229)
Constituição dividendos mínimo obrigatório	12.144	38.243
<b>Saldo final do período</b>	<b>50.387</b>	<b>38.243</b>

### Reserva de lucros

#### Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

#### Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

#### Reserva de capital

A constituição da reserva de capital está associada ao contexto provido na nota explicativa nº 25, tópico “Aprovação do Plano de Stock Options” – vide-o para maiores detalhes.

## 20 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Operação (a)	-	-	243.915	234.664
Receita dos serviços prestados (b)	13.741	13.091	70.356	62.216
Receita de Remuneração do Ativo da Concessão (c)	-	-	154.508	138.922
Receita de Construção (d)	-	-	58.009	17.319
Outras receitas	-	-	160	104
Total de receitas	<u>13.741</u>	<u>13.091</u>	<u>526.948</u>	<u>453.225</u>
Impostos sobre serviços e outras deduções				
PIS	(227)	(216)	(4.198)	(3.360)
COFINS	(1.044)	(995)	(19.336)	(15.472)
ISSQN	(758)	(655)	(25.057)	(20.119)
	<u>(2.029)</u>	<u>(1.866)</u>	<u>(48.591)</u>	<u>(38.951)</u>
	<u>11.712</u>	<u>11.225</u>	<u>478.357</u>	<u>414.274</u>

- (a) Receita de Operação e Manutenção sobre operacionalização dos serviços correspondentes ao gerenciamento e fiscalização da operação e manutenção dos serviços não assistenciais do Hospital tais como, lavanderia, nutrição, portaria, telefonia, vigilância, esterilização, limpeza, manutenção predial, informática e manutenção de equipamentos. A receita de desenvolvimento da infraestrutura está relacionada apenas à construção do hospital, de modo que fora reconhecida no resultado à medida da conclusão da obra.
- (b) Na Controladora: refere-se à prestação de serviços administrativos e gestão estratégica realizados pela Companhia. No Consolidado: refere-se à prestação de atividades de apoio não assistenciais ao funcionamento dos Hospitais, que integram o objeto dos respectivos contratos - efetuar manutenção corretiva e preventiva dos bens vinculados, vigilância desarmada, agentes de portaria, bombeiros civis, higienização hospitalar, hotelaria, jardinagem etc.
- (c) É composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das infraestruturas hospitalares).
- (d) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC-01 (R1) e OCPC-05.

## 21 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Materiais e serviços de obra	-	-	(91.085)	(48.810)
Materiais e serviços de concessão	-	-	(107.712)	(108.127)
Materiais	-	(1)	(198)	(2.165)
Gasto com pessoal	(18.477)	(28.696)	(53.402)	(64.001)
Depreciação e amortização	(329)	(296)	(16.422)	(15.668)
Despesas comerciais	(402)	(398)	(420)	(421)
Serviços de terceiros	(3.920)	(2.909)	(26.190)	(14.258)
Aluguéis	(167)	(87)	(552)	(411)
Despesa Tributária	(111)	(3.980)	(409)	(4.580)
Doações Instituto OPY	(1.172)	(981)	(1.172)	(981)
Outras	(118)	(107)	(4.843)	(285)
	<b>(24.696)</b>	<b>(37.455)</b>	<b>(302.405)</b>	<b>(259.707)</b>
Custo de serviço prestado	(3.695)	(2.246)	(209.744)	(156.795)
Despesas gerais e administrativas	(21.001)	(35.209)	(92.661)	(102.912)

## 22 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

O valor das outras receitas e despesas operacionais apresentado na demonstração do resultado é composto como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Amortização Mais Valia - concessão	(9.617)	(9.617)	(9.617)	(9.617)
Receita com Decisão Judicial Tributária (a)	-	-	-	97.908
Outras receitas e despesas, liquidas	-	19	665	1.736
	<b>(9.617)</b>	<b>(9.598)</b>	<b>(8.952)</b>	<b>90.027</b>

(a) Vide nota explicativa nº 7.

## 23 RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida e pode ser assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento sobre aplicações financeiras	1.759	3.297	14.012	5.991
Atualização monetária de tributos a recuperar	373	952	16.383	952
Ajuste a valor presente	-	-	550	-
Outras receitas financeiras (a)	13	6	547	22.576
	<b>2.145</b>	<b>4.255</b>	<b>31.492</b>	<b>29.519</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos	-	(25.097)	(95.487)	(50.864)
PIS/COFINS sobre Receita Financeira (b)	-	(4.107)	-	(4.107)
Juros sobre mútuo (c)	(31.365)	-	-	-
Atualização monetária	-	-	(3.094)	(3.340)
Outras despesas financeiras	(122)	(115)	(3.937)	(3.668)
	<b>(31.487)</b>	<b>(29.319)</b>	<b>(102.518)</b>	<b>(61.979)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(29.342)</b>	<b>(25.064)</b>	<b>(71.026)</b>	<b>(32.460)</b>

(a) Conforme notas explicativa nº 7, esta receita se refere a atualização monetária dos créditos extemporâneos da OZN.

(b) Refere-se a PIS e COFINS calculados sobre recebimento de Juros sobre capital próprio.

(c) Trata-se da despesa de juros incorrida sobre o contrato de mútuo a pagar junto a partes relacionadas, o qual está descrito na nota explicativa nº 28.

## 24 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	47.860	157.752	95.974	212.134
Alíquota Nominal	34%	34%	34%	34%
<b>Tributos calculados às alíquotas nominais</b>	<b>(16.272)</b>	<b>(53.636)</b>	<b>(32.631)</b>	<b>(72.126)</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ajustes para apuração dos tributos efetivos sobre o lucro:				
Outros ganhos financeiros	-	-	3.062	-
Juros parte relacionada	(10.664)	-	(10.664)	-
Prejuízo fiscal não constituído	(2.874)	-	(4.124)	-
Equivalência patrimonial de controladas	33.933	74.339	-	-
Reconhecimento de crédito extemporâneo	-	-	-	24.499
Outras Adições / Exclusões, liquidas	(852)	(17.432)	(486)	(3.484)
	<b>19.543</b>	<b>56.907</b>	<b>(12.212)</b>	<b>21.015</b>
	<b>3.271</b>	<b>3.271</b>	<b>(44.843)</b>	<b>(51.111)</b>
Corrente	-	-	(34.651)	(29.479)
Diferido	3.271	3.271	(10.192)	(21.632)
	<b>3.271</b>	<b>3.271</b>	<b>(44.843)</b>	<b>(51.111)</b>
Alíquota efetiva	6,83%	2,07%	46,72%	24,09%

A Companhia não efetuou o registro do passivo fiscal diferido relacionado a compra vantajosa quando da aquisição das concessões junto a terceiros, valor este que será devido em caso de transação societária e/ou alienação dos ativos adquiridos. O não reconhecimento se deve, a intenção da Administração de manutenção dos investimentos para uso, de acordo com fatores que estão sob seu controle.

## 25 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Os cálculos dos resultados por ação dos períodos de 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Resultado por ação - diluído</b>		
<b>Numerador</b>		
Resultado líquido do período	51.131	161.023
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	497.791	595.960
Resultado por ação diluído (R\$)	<b>0,10</b>	<b>0,27</b>

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
<b>Resultado por ação - básico</b>		
<b>Numerador</b>		
Resultado líquido do período	51.131	161.023
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Número de ações ordinárias	497.791	497.791
Resultado por ação básico (R\$)	0,10	0,32

### Aprovação do Plano de Stock Options

Em 14 de junho de 2021 a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o plano de Stock Options (outorga de ações) como incentivo de longo prazo da Companhia. O plano previa o direito de aquisição de opções que poderiam ser outorgados até o limite de 5% (cinco por cento) do número total de ações da Companhia para os participantes elegíveis, que tem participação deliberada pelo Conselho de Administração.

Com a conclusão das condições precedentes do plano atingidas em 2024, todas opções outorgadas em decorrência do plano de Stock Options foram exercidas em 26 de junho de 2024.

## 26 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia e suas controladas. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

### Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*non performance risk*”) ao mensurar o valor justo de um passivo.

CPC 40 estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de “input” significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de “inputs” baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os “inputs” de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de “input” que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2025. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos através do valor justo, não apresentam diferença significativa para seus valores contábeis.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

<b>Controladora</b>				
<b>31/12/2025</b>				
<b>Valor Contábil</b>			<b>Valor Justo</b>	
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Total</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>
<b>Ativos financeiros:</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	5.042	5.042	-
Dividendos a receber	-	42.541	42.541	-
	<b>47.583</b>	<b>47.583</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Passivos financeiros:</b>				
Fornecedores	-	419	419	-
Dividendos a pagar	-	50.387	50.387	-
Partes relacionadas – Mútuo	-	132.705	132.705	-
	<b>183.511</b>	<b>183.511</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Consolidado</b>				
<b>31/12/2025</b>				
<b>Valor Contábil</b>			<b>Valor Justo</b>	
<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Total</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>
<b>Ativos financeiros:</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	-	205.518	205.518	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Contas a receber	-	53.227	53.227	-
Ativo financeiro da concessão	-	828.625	828.625	-
	<b>1.087.370</b>	<b>1.087.370</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



	Consolidado				
	31/12/2024				
	Valor Contábil			Valor Justo	
Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	
<b>Ativos financeiros:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	-	44.965	44.965	-	-
Aplicações financeiras	-	3.710	3.710	-	-
Contas a receber	-	73.235	73.235	-	-
Ativo financeiro da concessão	-	767.504	767.504	-	-
	-	<b>840.739</b>	<b>889.414</b>	-	-
<b>Passivos financeiros:</b>					
Fornecedores	-	30.267	30.267	-	-
Operações confirming	-	24.038	24.038	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	54.626	54.626	-	-
Debentures	480.644	-	480.644	492.735	-
Dividendos a Pagar	-	38.243	38.243	-	-
	<b>480.644</b>	<b>147.174</b>	<b>627.818</b>	<b>492.735</b>	-

## 27 GERENCIAMENTO DE RISCO

### Fatores de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas pela Administração. Administração identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. A Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

## a) Risco de mercado

### Risco de taxa de juros

#### Ativos

A administração da Companhia considera que o Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principal indexador das operações de empréstimo da Companhia, é uma taxa livremente praticada no mercado, e por isso, todos os agentes estão, de alguma forma direta ou indiretamente, sujeitos a ela. Como parte das dívidas captadas pela Companhia atualmente são indexadas ao CDI, consideramos como insignificante o impacto nas despesas financeiras de eventuais aumentos desse indexador devido a característica de seus empréstimos, e devido à queda da taxa básica de juros.

#### Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

**Cenário atual:** refere-se ao cenário real em 31 de dezembro de 2025.

**Cenário base:** elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 21 de janeiro de 2026, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP.

**Cenários I, II, III e IV:** conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majoradas em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	31/12/2025	Período até 31 de dezembro de 2026				
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Variação CDI	14,90%	14,90%	7,45%	11,18%	18,63%	22,35%
IPCA	Variação IPCA	4,26%	4,26%	3,20%	3,20%	5,33%	6,40%
SELIC	Variação SELIC	15,00%	15,00%	7,50%	11,25%	18,75%	22,50%

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		31/12/2025	Período até 31 de dezembro de 2026				
Operação	Risco	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação CDI	203.786	234.150	218.968	226.559	241.741	249.332
		203.786	234.150	218.968	226.559	241.741	249.332
Efeito de ganho (perda)			30.364	(15.182)	(7.591)	7.591	15.182

<u>Passivos financeiros</u>		31/12/2025	Período até 31 de dezembro de 2026				
			Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>						
Debênture OZN e ODR	Varição CDI	541.001	621.610	581.610	601.458	641.762	661.915
Debênture ONM	Varição IPCA	64.800	67.563	66.182	66.872	68.254	68.945
Empréstimos ONM	Varição SELIC	48.992	56.341	52.666	54.504	58.178	60.015
		<b>654.793</b>	<b>745.514</b>	<b>700.154</b>	<b>722.834</b>	<b>768.195</b>	<b>790.875</b>
	Efeito de ganho (perda)		<b>(90.721)</b>	<b>45.361</b>	<b>22.680</b>	<b>(22.680)</b>	<b>(45.361)</b>
	Efeito de ganho (perda), líquido		<b>(60.357)</b>	<b>30.179</b>	<b>15.089</b>	<b>(15.089)</b>	<b>(30.179)</b>

## Controladora

<u>Ativos financeiros</u>		31/12/2025	Período até 31 de dezembro de 2026				
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Varição CDI	5.019	5.767	5.393	5.580	5.954	6.141
		5.019	5.767	5.393	5.580	5.954	6.141
	Efeito de ganho (perda)		<b>748</b>	<b>(374)</b>	<b>(187)</b>	<b>187</b>	<b>374</b>
<u>Passivos financeiros</u>		31/12/2025	Período até 31 de dezembro de 2026				
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Partes relacionadas - Mútuo	Varição CDI	132.705	152.478	142.592	147.535	157.421	162.365
		132.705	152.478	142.592	147.535	157.421	162.365
	Efeito de ganho (perda)		<b>(19.773)</b>	<b>9.887</b>	<b>4.943</b>	<b>(4.943)</b>	<b>(9.887)</b>
	Efeito de ganho (perda), líquido		<b>(19.025)</b>	<b>9.513</b>	<b>4.756</b>	<b>(4.756)</b>	<b>(9.513)</b>

### b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma das contrapartes em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

### Contas a receber

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas.

Os valores a receber de clientes a vencer e vencidos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Valores a Vencer	52.779	62.626
Vencidos		
De 1 a 180 dias	-	13
De 181 a 360 dias	31	-
Acima de 360 dias	417	10.596
	<b>53.227</b>	<b>73.235</b>

### c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela Administração.

A previsão de fluxo de caixa é realizada individualmente nas entidades operacionais da Companhia e consolidada através da gestão efetuada pela Administração. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia assegurando o uso do caixa de forma a suprir às necessidades operacionais, e extraordinárias.

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais além do saldo exigido para administração do capital circulante, quando aplicável, é mantido em contas bancárias com incidência de juros, ou investido em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem.

## 28 PARTES RELACIONADAS

A Companhia realizou operação de Mútuo, no valor de R\$200.000 na data de 26 de dezembro de 2024 à Mutuante, OZN Health S.A, corrigido a 100% (cem por cento) da taxa CDI, acrescida de 2% a.a., calculados a partir de janeiro de 2025, com vencimento em abril de 2033. A amortização ocorrerá conforme quadro abaixo:

Ano	Amortização (Principal + juros)
2025	8,0%
2026	8,0%
2027	8,0%
2028	10,0%
2029	10,0%
2030	10,0%
2031	5,0%
2032	5,0%
2033	36,0%
Total	100,0%

### Repactuação da taxa de juros

Em 25 de agosto de 2025, foi aprovado em ato societário, a repactuação da taxa do Mútuo realizado entre a Companhia e à Mutuante (OZN Health SPE S.A). Após a repactuação, a taxa passou de 100% (cem por cento) da taxa CDI, acrescida de 2% a.a. (dois por cento ao ano), para 100% (cem por cento) da taxa CDI, acrescida de 4% a.a. (quatro por cento ao ano), a serem calculados a partir de 01 de setembro de 2025.

Partes Relacionadas	Modalidade	Data da captação	Vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição atualizada em	
						31/12/2025	31/12/2024
OZN Health S.A	Mútuo	26/12/2024	01/04/2033	100% CDI e 4% a.a.	200.000	132.705	200.000
					<b>200.000</b>	<b>132.705</b>	<b>200.000</b>
Circulante						14.310	16.000
Não Circulante						118.395	184.000

O mútuo entre Companhia e a investida OZN Health será pago através de compensação de dividendos a serem distribuídos ao longo dos anos posteriores. A Companhia se encontra adimplente com os covenants contratuais para o período findo em 31 de dezembro de 2025.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas enquadram-se nesse conceito a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver ou não um valor alocado à transação.

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia em condições estritamente comutativas, não gerando qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia. Conforme os conceitos definidos no referido pronunciamento do CPC. As transações mantidas com partes relacionadas são detalhadas nos itens a seguir:

	Relação	31/12/2025	31/12/2024
<b><u>Receita de Serviços Prestados</u></b>			
OZN Health S.A	Investida	12.132	10.633
ONM Health S.A	Investida	5.134	4.925
		<b>17.266</b>	<b>15.558</b>
<b><u>Contas a receber</u></b>			
Pagamento de despesas iniciais (ODR Health S.A.)	Investida	-	951
<b><u>Juros sobre capital próprio</u></b>			
OZN Health S.A	Investida	-	44.401
		<b>-</b>	<b>44.401</b>
<b><u>Recebimento de Dividendos</u></b>			
OZN Health S.A	Investida	21.000	201.713
Opy Serviços Hospitalares S.A	Investida	-	2.500
ONM Health S.A	Investida	-	1.000
		<b>21.000</b>	<b>205.213</b>

### Remuneração pessoal chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, por serviços prestados, refere-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e pró-labore.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (a)	4.903	19.347
ONM Health S.A	1.246	823
OZN Health S.A	2.062	3.383
Opy Serviços Hospitalares S.A	795	794
	<u><b>9.006</b></u>	<u><b>24.047</b></u>

(a) A variação em relação ao ano anterior refere-se à remuneração extraordinária em 2024 relativa ao evento de saída dos cotistas anteriores do FIP, em montante aproximado de R\$10,7 milhões (a título de bônus para os executivos) e remuneração de performance share no montante de R\$2,8 milhões.

## 29 SEGUROS

### OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

A controladora possui apólice de Responsabilidade para Administradores (D&O, Directors and Officers) com cobertura máxima de R\$90.000 emitida pela seguradora CHUBB SEGUROS BRASIL S.A. Essa apólice tem vigência de 20 de fevereiro de 2026 até 20 de fevereiro de 2027.

### ONM Health S.A

A ONM Health S.A mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quadro abaixo:

<u>31/12/2025</u>				
<u>Seguradora</u>	<u>Categoria</u>	<u>Apólice</u>	<u>Vigência</u>	<u>Valor</u>
Chubb Seguros Brasil	Risco Operacional	00000000002996001293912	dez/2025 a dez/2026	600.766
Axa Seguros S/A	Resp. Civil	028522022001903510008922	dez/2024 a dez/2025	30.000
Junto Seguros S/A	Seguro e Garantia	00000000000507750379246	mar/2025 a mar/2026	31.000

### Garantias de execução do Contrato de Concessão pela concessionária

A ONM mantém em favor do Poder Concedente garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento do Hospital Metropolitano Dr. Célio de Castro gerido pela ONM Health S.A, junto à Prefeitura de Belo Horizonte, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde. As garantias é seguro de execução que é demandado pelo contrato de concessão (Cláusula 19, item 19.1 e 19.1.1). Esses contratos são atualizados anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R\$31.000.

### OZN Health SPE S.A

A OZN mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quadro abaixo:

31/12/2025				
Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Chubb Seguros S.A.	Risco Operacional	0202049996	Jul/2025 a Jul/2026	724.976
Fator Seguros S.A	Resp. Civil	5100004265	Jun/2025 a Jun/2026	30.000
Ezze Seguros S.A.	Seguro e Garantia	7507055435	mai/2025 a mai/2026	4.123

### Garantias de execução do contrato de concessão pela concessionária

A OZN mantém em favor do Poder Concedente, garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento Hospital OZN Health SPE S.A de Manaus, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-AM). As garantias serão atualizadas anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R\$4.123.

### OPY SERVIÇOS HOSPITALARES S.A

A OPY Serviços mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre responsabilidade civil dos seus serviços prestados, apólice de seguro referentes aos riscos contratados está demonstrada no quadro abaixo:

31/12/2025				
Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Chubb Seguros	Resp. Civil	00000000002951004623212	jun/2025 a jun/2026	20.000

### ODR Health SPE S.A

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quadro abaixo:

31/12/2025				
Seguradora	Categoria	Apólice	Vigência	Valor
Axa Seguros S.A	Risco de Engenharia	P-0103478	jul/2025 a jul/2026	280.555
Axa Seguros S.A	Resp. Civil	P-0103120	jul/2025 a jul/2026	5.000
Axa Seguros S.A	Garantia	17507049552	Jan/2025 a Jan/2026	100.536
				<b>386.091</b>

### 30 EVENTOS SUBSEQUENTES

#### OZN Health

Até a data de emissão do relatório, o evento subsequente significativo da OZN refere-se a:

Em 07 de janeiro de 2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração a deliberação no montante de R\$53.500 de dividendos intercalares a pagar à OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A, conforme valor apurado em balanço patrimonial intermediário levantado em 30 de setembro de 2025. Os dividendos ora declarados foram pagos à acionista da Companhia na mesma data.

#### OPY SERVIÇOS

Até a data de emissão do relatório, o evento subsequente significativo da OPY SERVIÇOS refere-se a:

Em 07 de janeiro de 2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração a deliberação no montante de R\$4.260 de dividendos intermediários a pagar à OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A, conforme valor apurado em balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2025. Os dividendos ora declarados foram pagos à acionista da Companhia na mesma data.

### 31 INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
ONM - Adições ao direito de uso por meio da contratação de arrendamentos	2.915	-
ODR - Adições ao ativo financeiro por meio da contratação de serviços que ainda não foram pagos no período	3.313	-
OZN - Compensação entre juros sobre empréstimos com partes relacionadas a receber e despesas entre partes relacionadas a pagar	11.604	-
OZN - Compensação entre empréstimos com partes relacionadas a receber e dividendos a pagar	87.056	-
OZN - Compensação entre crédito de imposto de renda retido na fonte (sobre serviços prestados e aplicações financeiras) e imposto de renda a recolher	12.520	11.824
OZN - Compensação de tributos federais (IRPJ/CSLL x PIS/COFINS) via Perd/Comp	11.915	-
	<b>129.323</b>	<b>11.824</b>

### 32 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2026.

#### DIRETOR PRESIDENTE

Mateus Renault

#### DIRETOR FINANCEIRO

Felipe Rodrigues Tonetti

#### CONTADOR RESPONSÁVEL

Ronney Donizete Fernandes  
Contador - CRC - 1SP-286064/O-3